



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2370/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Mamborê.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Mamborê.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2371/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Moreira Sales.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Moreira Sales.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2372/12

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Nova Cantú.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Nova Cantú.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2373/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Peabiru.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Peabiru.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2374/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Quarto Centenário.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Quarto Centenário.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2375/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Quinta do Sol.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Quinta do Sol.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2376/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Rancho Alegre D'Oeste.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Rancho Alegre D'Oeste.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2377/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Roncador.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Roncador.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº

2378/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Terra Boa.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Terra Boa.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº

2379/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Ramilândia.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Ramilândia.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, “A
defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados”.

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2380/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Manoel Ribas.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Manoel Ribas.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº

2381/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Rio Bonito do Iguaçu.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Rio Bonito do Iguaçu.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURÉCK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT, 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2382/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Mariluz.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Mariluz.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2383/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Virmond.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Virmond.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, “A
defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados”.

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



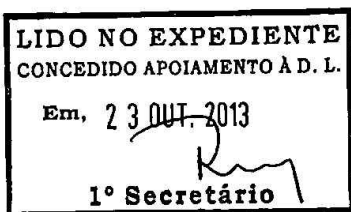
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO

2381/12



SÚMULA: Propõe ao Secretário de Estado de Governo, Sr. Cezar Silvestri, envio de Recursos para o Município de Almirante Tamandaré para realização de obra de revitalização da Praça do Evangélico, conforme solicitação anexa.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, **REQUER**, seja proposto ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Governo Cezar Silvestri, o envio de expediente a **SEDU, solicitando a viabilização de recursos para a Revitalização da Praça do Evangélico no Município de Almirante Tamandaré, conforme solicitação e orçamento anexo.**

Sala das Sessões, em 23 de Outubro de 2013.


GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
3º. Secretário
Justificativa

Referida Indicação faz-se necessária em face da precariedade que a Praça constituída por Lei Municipal n. 692/1999 se encontra.

Para melhor acolher os Municípes, necessita da Revitalização da área, conforme solicitação e orçamento anexo.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



INDICAÇÃO Nº 2385/13

"Solicita o aumento do efetivo policial do 9º Batalhão da Polícia Militar - Litoral."

Ao Secretário de Estado de Governo

Exmo. Senhor Cezar Silvestri

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber aprovação do Plenário, solicita o aumento do efetivo policial do 9º Batalhão da Polícia Militar do Litoral, em mais 200 policiais.

JUSTIFICATIVA:

O efetivo da Polícia Militar é regulamentado pela Lei 16.576/12 e distribuído pelos anexos da respectiva Lei, denominados: Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Definido há 40 anos em 290 homens, o efetivo vislumbrava uma realidade muito diferente das atuais necessidades da Região do Litoral do Paraná.

O contingente atual é responsável pela segurança das sete cidades da Região do Litoral, cada qual com suas particularidades. Dentre elas destacamos duas cidades portuárias (Antonina e Paranaguá), três cidades com grande fluxo de veranistas (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba), a comarca de Pontal do Paraná também abriga grandes canteiros de obras que

15417 23/10/2013 0809213 DPV ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



vem atraindo centenas de trabalhadores à região. O atual contingente também é responsável pela segurança pública em enorme área que engloba quatro Baías (Baía de Paranaguá, das Laranjeiras, de Guaratuba e dos Pinheiros), cada qual com suas Ilhas e Comunidades de Insulanos, onde também destacamos a Ilha dos Valadares com aproximadamente 30 mil habitantes e as Ilhas do Mel, das Peças e do Superagui com grande fluxo turístico. Também salientamos a grande área de Mata Atlântica sob responsabilidade deste contingente.

Este quadro demonstra a deficiência no atual contingente do 9º BPM que conta com o efetivo de 420 homens, as autoridades públicas e policiais da região afirmam a necessidade de um aumento de 200 praças para suportar a demanda das atividades da Corporação no Litoral do Paraná.

Sala de Sessões, 23 de outubro de 2013.



Alceu Maron Filho
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



INDICAÇÃO Nº **2386/13**

SÚMULA: Solicita à Secretaria de Estado de Governo que disponibilize alimentos, lonas plásticas, banheiros químico, materiais elétricos, materiais hidráulicos e assistência social à Associação dos Moradores Nossa Senhora do Rocio, no Município de Jardim Alegre.

Excelentíssimo Senhor Secretário

O Deputado **DOUGLAS FABRÍCIO**, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa para expor e propor o seguinte:

Considerando:

- Que a área de 4.84 ha pertence à Prefeitura Municipal de Jardim Alegre foi ocupada pela Associação dos Moradores Nossa Senhora do Rocio;
- Que as famílias assentadas são egressas da zona rural e são, em sua maioria, ex trabalhadores da cultura do café - que em função das últimas geadas - acabaram sendo erradicadas, gerando desemprego no município;
- Que em função do baixo nível de renda decorrente da condição de desempregadas, as famílias pleiteiam moradias sociais;
- Que o município possui um dos piores IDHs do estado, razão pela qual o modelo vigente de solução do déficit de moradias não se aplica ao município em questão.

Solicita:

- A disponibilização de alimentos, lonas plásticas, banheiros químico, materiais elétricos, materiais hidráulicos e assistência social à Associação dos Moradores Nossa Senhora do Rocio, no Município de Jardim Alegre.

Sala de Sessões, em 23 de outubro de 2013.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual